

Cópia

P.C.R.

ESTADO DE SANTA CATARINA = CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

+ PROVIMENTO Nº 21/67 +

Dispõe sobre a taxa de expediente.

O desembargador Márcilio Medeiros, corregedor geral da justiça do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as alterações referentes à taxa de expediente introduzidas pela lei nº 4.083, publicada no Diário Oficial do Estado de 29 de novembro próximo findo, resolveu expedir as seguintes esclarecimentos:

I - Na conformidade do art. 3º da nova lei, já em vigor, "a taxa de expediente será devida, nas ações judiciais, à razão de R\$ 5,00 e tão somente nas seguintes peças:

- a) petição inicial;
- b) contestação;
- c) recursos em geral;
- d) reconvenção;
- e) habilitação de assistente de acusação".

O respectivo parágrafo acrescenta: "O signatário fica dispensado do recolhimento da taxa por qualquer peça que for anexada aos requerimentos ou petições mencionadas neste artigo".

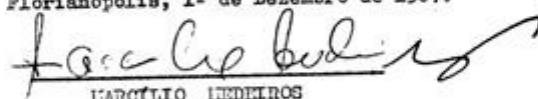
Depreende-se do texto legal que, em qualquer das hipóteses de incidência, qualquer que seja o número de folhas do requerimento ou petição, a taxa será sempre uma, isto é, R\$ 5,00.

O critério adotado pelo novo diploma é menos oneroso às partes e facilita a fiscalização.

II - A incidência sobre as escrituras públicas e particulares de compra e venda de imóveis e procurações em causa própria também foi modificada, nos termos do art. 4º, a taxação agora se regula pelo maior salário mínimo mensal vigente no Estado.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Florianópolis, 1º de Dezembro de 1967.



MARCILIO MEDEIROS
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

(P.C.R.)

se podem recebe-las os juizes catarinenses.

O art. 375, da Lei de Organização Judiciária, não se aplica às custas previstas na legislação federal.

No ensinamento doutrinário, o sistema de custas proporcionais estabelecido pela C.L.T. atrita, no que toca à participação do juiz, com o art. 119, da Constituição Federal.

As custas atribuídas aos juizes pelo art. 34, da lei n. 167, não incorrem em nenhuma proibição constitucional.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de consulta n. 267, em que são consultantes vários juizes de direito:

A C O R D A M, em Conselho Disciplinar da Magistratura, por maioria de votos, recomendar aos srs. juizes que atendam, no que toca às custas trabalhistas, para o disposto no art. 109, da Constituição Federal, e, unânimemente, quanto às custas atribuídas pelo art. 34, da lei n. 167, responder que nenhuma proibição existe à sua percepção.

I. Consultam juizes do interior se lhes é permitido receber, face ao art. 375, da Lei de Organização Judiciária, que dispõe que "as custas dos juizes serão recolhidas, por meio de guia, à repartição fiscal competente, como renda do Estado", as custas que lhes são atribuídas pela Consolidação das Leis do Trabalho e pela Lei n. 167, de 14 de fevereiro do corrente ano, que são leis federais.

II. A matéria da consulta, indubitavelmente, é da alçada deste Conselho Disciplinar, visto que, nos termos do art. 431, n. V, da cita da Lei de Organização Judiciária, competente ao Conselho: "... pronunciar-se sobre todos os assuntos que interessam ao aparelhamento judiciário e à regular administração da justiça". A questão focalizada pelos senhores juizes, evidentemente, é destas que interessam a regular administração da justiça.

III. O art. 375, do diploma estadual acima citado, abrange apenas as custas taxadas na legislação do Estado, não tendo aplicação, é claro, às instituídas nas leis federais, tanto mais que, relativamente a estas, que constituem casos especiais, não faz a menor alusão. Nem poderia o Estado, lícitamente, tomar para si, como renda própria, o que a União atribuiu aos juizes estaduais, em remuneração de serviços.

IV. No tocante às custas trabalhistas, que recaem sobre o valor da causa, a percepção esbarra contra a proibição estabelecida no art. 109, da Constituição Federal, que veda aos juizes, sob pena de perda do cargo, "receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagem nos processos sujeitos a despachos e julgamentos".

Comentando a Constituição de 46, escrevia Pontes de Miranda: "As custas e abonos, que sejam, em verdade, percentagens, não podem ser recebidas pelos juizes. Se as há, na lei, ou em regimento, cabe ao juiz mandá-las cobrar em selo (estampilhas) da unidade política que editou a lei ou regimento" (Comentários, II, 1943, pag. 457). No mesmo sentido a opinião de Alcides de Mendonça Lima (in Rev. do Trabalho, jan. fev. de 1950, págs. 5 e ss.) e de Mozart Victor Russomano (Comentários a C. L. T., III, pag. 1.137).

A Constituição vigente não apenas reproduziu, quase literalmente, o texto da de 46, como, usando de maior rigor, cominou a infração a pena de perda do cargo judiciário. E mais: a expressão - "a qualquer título" - que não constava da Constituição revogada, veio dar à proibição ainda maior extensão e profundidade.

Relativamente às custas instituídas pela lei n. 167, que dispõe sobre títulos de crédito rural, a situação é outra: embora se trate de custas proporcionais, a proporção não incide sobre o valor do processo, mas, sim, sobre o das cédulas inscritas, o que não incorre na proibição constitucional, pois não se trata de custas processuais.

V. A resposta do Conselho é a seguinte:

a) quanto às custas trabalhistas, atendem os senhores juizes para o preceito do art. 109, da Constituição vigente;

b) no que tange às custas previstas na lei n. 167, nenhuma proibição existe à sua percepção.

(anexo nº3)

Florianópolis

Florianópolis, 19 de outubro de 1967

Belisário Ramos da Costa, Presidente

Marcílio Medeiros, Relator

Adão Bernardes, vencido: a -

atribuição de custas aos juízes estaduais com encargos na Justiça Trabalhista, é uma maneira encontrada pela União, de lhes remunerar o serviço. O dispositivo constitucional proibitivo de magistrados receberem custas, deve ser interpretado convenientemente. Dito dispositivo refere-se aos Juízes que, em esfera própria, já recebem dos cofres públicos. Assim, o Juiz Federal, não pode receber custas por atos de suas atribuições específicas. O mesmo se dá com o juiz estadual. Quando, porém, o Poder Público Federal encarrega o Juiz Estadual de exercer atividade jurisdicional na Justiça Trabalhista, não é possível - que esse serviço não seja, por qualquer forma, remunerado. É profundamente injusto que o Juiz da Junta Trabalhista perceba ótima remuneração, enquanto o Juiz de Direito, pelos Estados, tenham que trabalhar gratuitamente, sem que a lei o diga expressamente. A gratuidade do trabalho não se presume, pelo contrário, a legislação especializada exige remuneração por qualquer prestação de serviço. Se é possível visar nas percentagens que a lei expressamente prevê e nela permanecer, uma maneira de a União remunerar os serviços que os Juízes Estaduais lhe prestam, não raro com sacrifício de tempo e de energia, por que não o fazer?

P.C.R.

Juiz de Direito da

Mandado de citação, na forma abaixo:

O doutor; juiz de direito de
 nesta cidade de

MANDA

a qualquer oficial de justiça d'este juízo que, sendo-lhe este
 apresentado, indo por mim assinado, em seu cumprimento e a re-
 querimento de H. A., cite R. D., residente à rua,
 nº, para, no prazo de dez dias, que será contado da en-
 trega do presente em cartório, cumprido, contestar a ação
, considerando-se esta proposta a partir da citação, com
 a fornecida cópia autenticada da petição inicial que a este vai jun-
 to, e consoante o seguinte despacho:(transcrever).
 O que cumpra, observadas as formalidades legais. Dado e passa-
 do nesta cidade, aos do mês de
 de ano de Da,, escrevão, o datilografei
 e assino.

(assinatura do juiz)
 Juiz de Direito

~~(Observação: o modelo supra aplica-se também, mutatis
 mutandis, às ações de alienação).~~

P.C.R.

Juízo de Direito de

Edital de citação de J. B., em lugar incerto e não sabido, pelo prazo de trinta (30) dias.

O doutor, juiz de direito da comarca de, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital viram, ou dêle conhecimento tiverem que, por êste meio, cita a J. B., brasileiro, casado, residente em lugar incerto e não sabido, para comparecer à sede dêste juízo, sito, no dia, às horas, para audiência de conciliação, ou contestar, querendo, dentro do prazo de dez dias, a ação ordinária de desquite que lhe move sua mulher, cujo pedido inicial segue abaixo transcrito:(transcrever a petição inicial). Despacho de fls. 2:(transcrever). O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, considerando-se perfeita a citação decorridos trinta dias da primeira publicação, ficando o réu citado para contestar a ação no prazo legal, contado a partir da data designada para o comparecimento, se o réu não comparecer, ou não houver conciliação. Dado e passado nesta cidade de, aos do mês de do ano de Da, escrivão, o datilografei e assino.

 (.....)
 Juiz de Direito

(Observação: o modelo supra aplica-se, mutatis mutandis, às ações ordinárias de alimento).

(anexo n. 2)